



33 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE MARABÁ

Proc. n°	1346/96
Fls.	2156
Rubrica.	

RELATÓRIO TÉCNICO - OS N.º 180/AERMAB/02

I - Apresentação.

Em consonância com a Ordem de Serviço (OS) N° 180/AERMAB/02, de 28-08-02, no período de 29-08 a 11-09-2002, estivemos atuando na Terra Indígena **Kateté** tendo como objetivo acompanhar os trabalhos do Projeto de Manejo Florestal Sustentado, ora em desenvolvimento pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA), na referida área indígena.

II - Desenvolvimento das Atividades.

Esta nossa atuação, como primeira visita técnica ao Projeto de Manejo Florestal Sustentado (PMFS) da Terra Indígena Xikrin Kateté, praticamente coincidiu com a retomada dos trabalhos ligados a fase de Exploração nos Talhões 02 e 03.

As atividades desenvolvidas, pelo ISA e sua empreiteira MATA TERRAPLANAGEM, estavam concentradas nas seguintes operações:

- Arraste;
- Traçamento;
- Cubagem;
- Carregamento;
- Transporte.

As operações de colheita da madeira são desenvolvidas totalmente mecanizadas; e o transporte das toras é feito por via terrestre, da floresta para a serraria vinculada ao projeto que fica localizada na cidade de Água Azul, numa distancia aproximada de 90 km.

Além disso, estava sendo implementado o Inventário Pré Exploratório do Talhão 04, já com vistas à produção do próximo ano.

Lembrando que, o Talhão 01 foi explorado em 2000; o Talhão 02 foi explorado em 2001, mas não concluído nesse ano; portanto, neste ano (2002) estão sendo trabalhados os Talhões 02 (conclusão) e o 03.

Por outro lado, no que se refere aos princípios básicos do Manejo Florestal, que preceitua o corte florestal (exploração) como intervenção silvicultural inicial, porém, condiciona ao corte, os devidos tratamentos silviculturais pós-exploratórios e complementares objetivando a renovação e/ou domesticação da floresta, lamentamos registrar que não vimos, nem foi mostrado, nada de concreto relacionado a tais

operações silviculturais, na floresta indígena manejada. Essa é uma questão importante que precisa ser discutida e ajustada com o ISA, o mais breve possível.

Convém salientar que as operações ligadas a Exploração estavam sendo conduzidas pela firma empreiteira Mata Terraplanagem, contratada pelo ISA; enquanto que, os trabalhos de Inventário Florestal estavam sendo executados por equipe própria do ISA.

Atualmente, o PMFS da Terra Indígena Xikrin Kateté, autodenominado pelos Xikrin de Kaben Djuoi, dispõe de uma boa infra-estrutura, constando de escritório equipado com tele comunicação (via radiofonia), computador e impressora, alojamentos, cozinha e refeitório (com televisor), energia termoelétrica (óleo diesel) e água encanada, o suficiente para manter e acomodar um contingente de 30 trabalhadores entre engenheiros, técnicos, operadores, e pessoal de apoio operacional e logístico. Para o apoio de transporte há disponível só uma viatura, tipo pick-up, cabine dupla e carroceria, o que às vezes torna difícil e complicado o atendimento das demandas.

Durante o período de nossa permanência (12 dias) na área de manejo foram transportados, da floresta para serraria, cerca de 360 m³ de madeira em toras. Esse movimento baixo deveu-se principalmente a 03 fatores associados: condições ruins das estradas permanentes, instabilidade climática (chuvas de verão), poucos caminhões. Outro fator pertinente, que merece ser considerado, refere-se ao ainda não funcionamento da serraria, recém adquirida pelo ISA/ABN como parte integrante do projeto. Segundo o Dr. Rubens Mendonça (ISA), coordenador do projeto, estavam faltando ser resolvidos alguns problemas burocráticos, relacionados a autorização e licenciamento ambiental, bem como, a questão da definição sobre a estrutura gerencial, necessários ao funcionamento da referida serraria.

As espécies trabalhadas nesse projeto, de acordo com as condições colocadas pelo mercado, atualmente, são as seguintes:

- Amarelão;
- Angelins;
- Cedro;
- Cedrorana;
- Faveiras;
- Ipê;
- Itaúba;
- Jatobá;
- Maçaranduba;
- Marupá;
- Mogno;
- Muiracatiara;
- Paricá;
- Sapucaia;
- Sumaúma;
- Tatajuba;
- Tauari.

Proc. nº	1376/96
Fis.	2157
Rubrica.	<i>[assinatura]</i>

ABN

III - Aspectos importantes de análise.

3.1 - Até o momento, não há nenhuma ação concreta voltada para as atividades silviculturais de reposição e/ou recomposição da floresta manejada. E a permanecer assim nessa situação, então, não existe manejo florestal sustentado. Desse modo, notamos a necessidade de se implementar estudos de sementes e fenologia florestal, bem como, a construção de um viveiro florestal para produção de mudas.

3.2 - Provavelmente em conseqüência da sublocação das atividades de exploração, é notória a interferência do empreiteiro, em certos casos alterando as especificações técnicas do projeto. Por exemplo, anotamos:

- Estradas permanentes intrafegáveis em período chuvoso, não há revestimento concrecionário nem sistema de escoamento das águas pluviais;
- Ramais de arraste cortando os canais de drenagem e impactando ambientes de açazais;
- Pátios de estocagem muito acanhados para movimentação simultânea de máquinas e caminhões, durante os trabalhos de carregamento (transporte), traçamento e medição das toras, representando um risco potencial de acidentes; bem como, fator facilitador de erros de medição, e por conseguinte de cubagem, da madeira;
- Desvios na aplicação dos preceitos previamente estabelecidos dentro do plano de manejo, prevalecendo à visão prática do modelo extrativista tradicional, tais como, mudanças aleatórias de área, alterações arbitrárias na planta de localização dos talhões. É bom lembrar que, Manejo, conceitualmente significa instrumento de planejamento e disciplina, jamais algo adaptável ou plástico. Manejo adaptável é sinal de erros na concepção e no dimensionamento do projeto original.

3.3 - Em nível de escritório, fazendo-se um levantamento e interpretação de documentos relativos ao PMFS Xikrin Kateté, encaminhados do ISA para a FUNAI/AER MARABÁ, encontramos alguns pontos conflitantes e controversos que suscitam dúvidas e esclarecimentos sobretudo no tocante a economicidade e rentabilidade (lucratividade) do projeto. Por exemplo:

1 - Se considerando que a Área de Manejo Florestal (AMF) se localiza numa faixa de transição ecológica, entre a Floresta Tropical Densa e o Cerrado, classificada como Floresta Tropical Aberta, com faciações de Palmeiras, Cipós, e em menor freqüência Bambus, e que, do ponto de vista da produtividade florestal são áreas de médio-baixo potencial madeireiro, então, como se garantir uma rentabilidade, estável a partir de 2004, com retirada anual dos índios no patamar de U\$ 39.445,00, no cambio atual, algo em torno de R\$ 138.000,00 (1 dólar = 3,5 reais)? E até agora e em 2002 e 2003 quem sustenta e sustentará a rentabilidade dos índios?

2 - Se a lucratividade esperada pelo projeto somente será positiva depois de 2008. Até 2008 quem sustentará o projeto e o lucro dos índios? E o princípio básico que norteia o projeto não é o do rendimento auto-sustentado?

3 - Se considerando que já foram gastos, nesse projeto, um montante inicial financiado de U\$ 725.345,00; e somado ao previsto no plano de negócios (do projeto) apresentado a investidores, em dezembro de 2000, com o objetivo de levantar novo

22/4:

Proc. nº	1326/96
Fis.	2158
Entrada	9

3

empréstimo, no valor de U\$ 550.000 para a exploração florestal de 2001 a 2004, até agora já foram contabilizados um total financiado da ordem de U\$ 1.275.345, que convertido para o Real dá algo em torno de R\$ 4,5 Milhões de Reais no cambio atual (1 Dólar = 3,5 Reais). Desse total, um custo significativo, fazendo uma análise ambiental da relação Custo X Benefício, a luz da perspectiva teórica do Desenvolvimento Sustentado, perguntamos:

- Em 3 anos de exploração madeireira pelo projeto, quais os benefícios concretos que já foram proporcionados no sentido da melhoria da qualidade de vida da comunidade indígena? Atualmente, qual é o índice de desenvolvimento humano (IDH) da comunidade indígena proporcionado pelo projeto?
- Esse projeto obedece às premissas básicas do Desenvolvimento Sustentado que preconiza como regra fundamental que todo empreendimento ou projeto somente produzirá desenvolvimento sustentado se e somente se suas ações demonstrarem, simultaneamente, viabilidade econômica, prudência ecológica, e justiça social? Fora dessa regra o que há é conversa fiada e engabelação.

4 - Outro ponto de reflexão a ser considerado se refere às expectativas da produção madeireira. Segundo o projeto, a previsão de extração anual de uma área efetiva de 1200 ha, com uma produtividade estimada em 6m³/ha, se poderia esperar um volume de madeira em toras igual a 7.200 m³/ano. Nesse sentido foi estabelecida uma projeção de produção para os 4 primeiros anos, da seguinte forma:

- em 2000 _____ 600 m³
- em 2001 _____ 3.000 m³
- em 2002 _____ 5.000 m³
- em 2003 _____ 7.000 m³

Entretanto, de acordo com os relatórios de prestação de contas, das safras 2000 e 2001, apresentados pela coordenação do projeto (ISA) à FUNAI/AER MARABÁ, notamos algumas discrepâncias significativas quando se confronta os indicadores potenciais e reais de produção, em relação a **renda indígena** auferida, conforme demonstramos na tabela abaixo:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SAFRAS 2000/2001 - PMFS XIKRIN KATETÉ

ANO	V O L U M E (M3)			R E N D A I N D I G E N A (R\$)		
	Potencial	Retirado	Comercializado	Crédito	Débito	Saldo
2000	600,000	581,130	155,800	81.835,21	49.500,00	32.335,21
2001	3.000,000	1.977,630	570,570	82.685,96	57.825,85	24.860,11
Total Parcial	3.600,00	2.558,760	726,370	164.521,17	107.325,85	57.195,32

Fonte: ISA (2002)

Diante desse quadro surgem duas questões que não podem calar:

- 1 - Por que essa divergência significativa entre os volumes potencial e retirado?
- 2- Por que dessa discrepância absurda entre o volume retirado e o comercializado? Uma perda da ordem de 72%, ou seja, de cada 1m³ retirado da

AA7

4

Proc. nº	1376
Fls.	2159
Rubrica.	<i>[assinatura]</i>

floresta só se aproveitou (vendeu) 0,280 m³. Isso não existe e merece uma explicação razoável de como esse projeto vem se sustentando até hoje.?

5 - Ademais, vinculado a essa perda de volume, está embutido o lucro da comunidade indígena, visto que, da receita total auferida pela venda da madeira em tora, **portanto Renda Indígena**, 72% é destinado ao pagamento de despesas com o beneficiamento da madeira, no final resultando apenas 28% de lucro para alguns índios.

6 - Outro aspecto que ressaltamos, refere-se a forma como vem sendo aplicada a renda, resultante da venda da madeira, em relação à comunidade indígena. É uma aplicação direta distribuída entre 04 lideranças, 03 residentes na aldeia Kateté e 01 na aldeia Djudyekô. Então, essas lideranças deduzem as suas partes e o que sobra é distribuído "per capita" entre seus agregados; e é exatamente aí que vem se formando os pontos de conflito, no seio da comunidade indígena, porque têm uns que acham que ganharam menos, têm outros que acham que os líderes estão ficando com muito, e têm aqueles excluídos que não ganham nada. Isso nos remete a um passado não muito distante, há ± 20 anos atrás, era exatamente esse o modelo adotado pelo madeireiro explorador, e que promoveu um processo vicioso e pernicioso de segregação social e ociosidade anticultural dentro da população indígena Kaiapó, inclusive dos próprios Xicrin. E lamentavelmente o ISA agora vem recapitulando essa mesma história, ao nosso ver, bastante contraditória e conflitante com os legítimos propósitos de desenvolvimento e progresso social dos índios, que poderiam ser efetivamente alcançados se a renda indígena fosse investida em forma de programas e projetos direcionados à promoção social da comunidade indígena, gerando ações efetivas nas áreas da educação, da saúde, das atividades produtivas sustentáveis, enfim, potencializando oportunidades de trabalho e renda, e por conseguinte, independência e dignidade, para esses índios. É disso que eles estão precisando.

7 - Ainda nesse enfoque social, anotamos que, também existem problemas de interação social e decodificação (falhas de comunicação e compreensão entre as partes) entre projeto e índios e vice-versa. Um sinal característico dessa falta de sintonia, se verifica, na medida em que, não há o envolvimento da força de trabalho indígena nas atividades do projeto. Isso acaba refletindo negativamente na condução dos trabalhos, pondo em risco os objetivos propostos e a própria sustentabilidade do projeto, na medida em que, os índios deveriam ser os principais beneficiários e os maiores interessados em participar ativamente de todas as fases do projeto.

IV - Sugestões

Pelo que observamos *in loco*, porém, reafirmando nosso otimismo e crença nessa tecnologia do manejo florestal sustentado, como uma das alternativas compatíveis com a tese do desenvolvimento sustentável também em terra indígena. E no sentido único de contribuir, mesmo que modestamente, para que se cure o que há pra curar, e ao mesmo tempo se aperfeiçoe o que há de bom nesse projeto, é que colocamos as seguintes recomendações técnicas:

4.1 - Suspender do projeto as atividades ligadas ao beneficiamento da madeira, reposicionando o índio, inicialmente, na condição de original de silvicultor nato, ou seja,

At:

Proc. nº	1376/96
Fls.	2160
Rubrica.	<i>[assinatura]</i>

como produtor florestal de madeira em toras e outras matérias primas não madeireiras;

4.2 - Obedecer a rigor as diretrizes e determinações preconizadas dentro do projeto de manejo, não alterando-as a bel prazer de terceiros ou sem justificativa técnica fundamentada;

4.3 - Aperfeiçoar os modos de supervisão das atividades desenvolvidas pelo projeto, em todas as fases operacionais de campo e de escritório;

4.4 - Melhorar as atuais condições de trafegabilidade das estradas permanentes, de modo que as mesmas passem a ser usadas em boas condições e em qualquer época do ano;

4.5 - Impedir o arraste cortando canais de drenagem, áreas de igapós, e impactando ambientes de açaiçais;

4.6 - Reestudar as dimensões dos pátios de estocagem adotando o sistema de hierarquização dos mesmos;

4.7 - Aperfeiçoar os procedimentos de medição e cubagem da madeira com vista a se obter o máximo de aproveitamento da madeira;

4.8 - Fazer aproveitamento econômico dos **resíduos da exploração madeireira**, na floresta, que, entre outras formas, se poderia estudar as possibilidades do carvoejamento, **na entre safra da produção madeireira**, visando atender as demandas das siderúrgicas da região;

4.9 - Implementar os sistemas silviculturais preceituados dentro do projeto objetivando se equacionar os problemas de regeneração e/ou reposição florestal, notadamente daquelas espécies de difícil regeneração natural, tais como: mogno, maçaranduba, tauri, etc.;

4.10 - Selecionar fragmento representativo da floresta manejada para desenvolvimento de estudos de sementes e fenologia florestal;

4.11 - Instalar 01 viveiro florestal para preferencialmente suprir as demandas internas do projeto, porém, num segundo plano, se poderia trabalhar uma **produção excedente** para atender o mercado externo de mudas florestais, sobretudo **nos períodos de entre safra da madeira**;

4.12 - Reflorestar as áreas intermediárias dos fragmentos da floresta manejada, típicas da formação Floresta Aberta, dominadas por vegetação sem rendimento sobretudo Cipoal, convertendo-as em floresta de rendimento. Plantio em linhas com espécies de rápido crescimento, preferencialmente, as que foram retiradas da área manejada;

4.13 - Ajustar aos sistemas silviculturais do projeto, visando a renovação e melhoramento qualitativo da floresta, o método de exploração volume/área (ha), como tratamento silvicultural principal a ser aplicado à floresta, em vez do volume/espécie, atualmente em uso pelo projeto, que não passa de uma exploração seletiva à moda extrativista, portanto, contrario aos fundamentos do manejo técnico;

4.14 - A intervenção do órgão indigenista oficial, com a assistência do Conselho Nacional de Indigenismo e do Ministério Público Federal, de modo que se elabore e implante um novo modelo de controle e **gestão dos bens e da renda pertencentes ao Patrimônio Indígena**, em vinculação direta com a execução desse Projeto de Manejo

AA/4:

Proc. nº	1376/96
Fls.	2161
Rubrica.	

Florestal Sustentado da Terra Indígena Xikrin do Kateté sob a responsabilidade do Instituto Socioambiental - ISA, tendo como finalidade principal ordenar a contabilidade e aplicação da **Renda Indígena**, controlar e gerir os bens do **Patrimônio Indígena**, no estrito cumprimento da legislação vigente, Leis Federais 6.001/73 e 5.371/67, além da Constituição Federal/88;

4.15 - Envolver de forma direta, a participação ativa, de acordo com a vocação e capacidade de cada um, da força de trabalho indígena em todas as fases operacionais do projeto, no campo e no escritório. Esse envolvimento é fundamental para o pleno êxito de qualquer projeto com índios.

V - Conclusões Parciais

Com base nesse período retromencionado em que estivemos atuando na área do projeto, fazendo um acompanhamento técnico das atividades ora desenvolvidas, pudemos constatar que naquele momento as atividades estavam concentradas nas seguintes operações: arraste, traçamento, cubagem, carregamento, e transporte, da produção madeireira dos talhões 2 e 3, nesta safra de 2002; numa outra frente operacional, no talhão 4, se encontrava uma equipe trabalhando no inventário pré-exploratório visando a produção que será cortada em 2003.

O PMFS XIKRIN KATETÉ, denominado pelos índios KABEN DJUOI, está sendo conduzido por uma equipe técnica do ISA, responsável pela execução do projeto, residente no local, sendo que, as operações de exploração estavam sendo realizadas por uma firma denominada MATA TERRAPLANAGEM, em regime de empreitada (terceirização).

No geral, esse projeto se encontra de acordo com as normas e critérios de manejo aprovado pelo IBAMA, tanto de Belém quanto de Marabá. Todavia, se verificou alguns pontos específicos que, ao nosso ver, **necessitam de correções e ajustes de metodologia**, possivelmente decorrentes da falta de supervisão técnica e fiscalização institucional do órgão competente, de modo a permitir o curso normal e alcance dos objetivos propostos pelo projeto. Nos referimos especialmente as operações exploratórias, pós-exploratórias, e tratamentos silviculturais, nos talhões já explorados e que ainda não foram implementados.

As outras dificuldades desse projeto se relacionam basicamente com a sua **sustentabilidade gerencial**, imposta pelo seu atual modelo de gestão inadequado em relação aos resultados apresentados até agora; com a sua **sustentabilidade econômica**, imposta pelas limitações da própria natureza dadas pela tipologia florestal predominante Floresta Aberta Mista com Cipoal, Palmeiras, e Bambuzal, via de regra, de baixa-média produtividade de madeira, somada as despesas exorbitantes com o beneficiamento da madeira que exaure mais de 70% do lucro que poderia ser proporcionado pelo projeto aos índios. Além disso, com sua **sustentabilidade social-indígena**, imposta pelo hiato cultural nas interações sociais entre o PMFS X Índios Xikrin do Kateté e vice-versa. E assim, não é difícil se inferir que, qualquer descontrole ou agravamento dessas dificuldades paira no ar uma tendência ao comprometimento da sustentabilidade do próprio projeto.

Alf:

7

Proc. n°	1376/16
Fis.	2162
Unidade	

Contudo vemos esse projeto com bons olhos e com grandes possibilidades no sentido de vir a contribuir com melhorias de condições de vida do povo Xikrin. Isso é apenas uma questão de tempo e boa gestão e os bons frutos hão de vir.


Portanto, nossa opinião é otimista. Entendemos que há necessidade de uma conjugação de esforços, de todos os atores envolvidos no processo, de modo que, os aspectos positivos do projeto sejam reconhecidos, valorizados, e ampliados, assim como, os pontos negativos sejam identificados, corrigidos e extirpados, a fim de que esse projeto venha cumprir efetivamente com a sua finalidade principal, qual seja, a de gerar benefícios econômicos, ecológicos, e sociais, de modo permanente, à população indígena Xicrin do Kateté. Nós acreditamos que isso seja possível.

Marabá - PA, novembro de 2002.


Ricardo Luiz da S. Costa
Enq. Florestal - FUNAI-AER-MAB
Instituto Socioambiental

ENCAMINHA-SE CÓPIA
AO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL-
ISA E AO DEPARTAMENTO DE
PATRIMÔNIO INDÍGENA E MEIO
AMBIENTE—DEPIMA, PARA
ANÁLISE E ARTICULAÇÃO
SOBRE AS PROVIDÊNCIAS PER-
TINENTE A SEREM ADOTADAS,
NO SENTIDO DE POSSIBILITAR
A VIABILIDADE DO PROJETO.
CONFORME PROPOE O RELATOR
EM SUAS RECOMENDAÇÕES.

19/11/2002


Eimar Araújo
Adm. Regional AER/MAB
Port. 47/PRES/01

C/C AO CHEFE DO SEAS/AER MAB.

Proc. nº	1376/96
Fls.	2163
Rubrica.	